



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1003747-62.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Duplicata**
 Requerente: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**
 Requerido: **Digitalfile Tecnologia Em Documentos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

UNIMED SÃO CARLOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Digitalfile Tecnologia Em Documentos Ltda, também qualificado, alegando que em 07/06/2013 celebrou com a ré contrato de prestação de serviços de guarda, armazenagem e administração de arquivo e documentos físicos e que em 14 de novembro de 2017 encaminhou à ré missiva CE-DEAJUR 097/17, recebida pela ré na mesma data, informando seu desinteresse em dar continuidade ao negócio jurídico celebrado, fixando como termo final 15 de dezembro de 2017 e que apesar disso, a requerida não lhe restituiu as caixas de arquivo, condicionando a devolução ao pagamento das notas fiscais de prestação de serviço nº 1.116 e 1.117, bem como boletos nos valores de R\$ 1.093,08 e R\$ 5.957,72, irredimida com essa abusividade, a autora ajuizou a ação nº 1000623-71.2018.8.26.0566 requerendo a devolução das caixas de arquivo e que naqueles autos foi homologado acordo em que restou certo que *"O cumprimento integral do acordo pelas partes ensejará a extinção do processo, na forma da lei, ficando a Requerida isenta do reembolso das custas processuais, arcando cada parte com os custos de seus respectivos advogados, liberando-se a favor da Requerente os valores por ela depositados judicialmente, expedindo-se alvarás/guias de levantamento respectivos, anulando-se os títulos notas fiscais/faturas referidas na inicial, para todos os efeitos de direito"* e que a despeito do supracitado acordo, tendo a autora cumprido sua parte, em 06/04/2018 recebeu os comunicados emitidos pelo Serasa Experian nº 806.600.509-04, 806.600.507-8, e 806.600.506-0, informando sobre a pretensão de inclusão do nome da autora nos registros/cadastros do daquele Órgão em razão das notas fiscais nº 1.116 e 1.117, que deveriam ter sido anuladas pela ré, alegando que além de dita abusividade, a ré ainda teria emitido novas notas fiscais, nº 1.136 e 1.137, sob a justificativa de guarda, armazenamento e administração de arquivos nos períodos de 07 de dezembro de 2017 a janeiro de 2018, à vista do que requer a procedência do pedido declarando-se inexigíveis as notas fiscais nº 1.136 e 1.137.

A ré, devidamente citada, deixou de oferecer contestação ao pedido, tornando-se revel.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

DECIDO.

As pretensões deduzidas na presente ação comportam julgamento antecipado, visto que suficiente a prova documental produzida e, ademais, caracterizada a revelia da ré, de modo que a falta de resposta leva à aplicação integral dos efeitos da revelia, conforme artigo 344 do Código de Processo Civil, de modo que presume-se verdadeiros os fatos narrados na inicial.

É, pois, de acolher-se o pleito da autora, para anular as notas fiscais nº 1.136 e 1.137, bem como que a dívida apontada no Serasa é inexistente e cumpre assim declarada, tornando definitiva a antecipação de tutela de urgência concedida.

Sucumbindo, deverá a requerida arcar com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, **DECLARO INEXISTENTE** a dívida no valor de R\$ 7.050,80 vencida em 30 de janeiro de 2018, oriunda das Notas fiscais nº 1.136 e 1.137 geradas em razão de contrato firmado entre Digitalfile Tecnologia Em Documentos Ltda e a autora **UNIMED SÃO CARLOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, anulando-se as notas fiscais emitidas pela requerida, de nºs. 1.137 e 1.136, bem como, e por consequência torno definitiva a antecipação da tutela para exclusão do nome da autora de quaisquer cadastros de inadimplentes em razão desse contrato, até a data desta sentença, e **CONDENO** a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 02 de julho de 2018.

VILSON PALARO JUNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA